



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**21ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL –  
CECA/SDS**

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Data:** 02 / 09 / 2014 (Terça-Feira).

**Horário:** 09:00 às 12:00.

**Local:** Sala de Treinamento do IPAAM.

**PARTICIPANTES:**

Além dos membros da CECA/SDS constantes na lista de presença anexa, a reunião contou com a especial participação da Alta Direção da SDS, IPAAM e representantes de Organizações Não Governamentais – ONG's:

- Dra. Kamila Botelho do Amaral, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS - efetuou Coordenação da Reunião;
- Sr. Fábio Rodrigues Marques, Diretor Jurídico no ato representando o Diretor Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;
- Sr. Antônio Luiz Menezes de Andrade, Presidente da CECA/SDS;
- Representantes do ICMBio, CNS, FIEAM, FVA, Eu Amazônia, IPÊ, SEMMAS e AADES.

**PAUTA:**

I - Contextualização da Compensação Ambiental no Estado do Amazonas;

II - Reestruturação da CECA/SDS com a inclusão das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais com experiência na gestão de unidades de conservação;

III - Apresentação da minuta de Projeto de Lei Estadual para criação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental, atendo a recomendação da Procuradoria Geral do Estado – PGE-AM;

IV - Contratação de consultoria técnica para enquadramento, refinamento e adaptação às especificidades ambientais e biofísicas do Estado do Amazonas da metodologia de gradação de impacto para cálculo da compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental contida no Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009;

V - O que houver.

**ENCAMINHAMENTOS:**

**1 - Contextualização da Compensação Ambiental no Estado do Amazonas;**

R = Apresentação contextualizada sobre a CECA/SDS (Quadro I) e situação da Compensação Ambiental.

**Quadro I – Situação da CECA/SDS**

**CRIAÇÃO:**

Portaria/SDS/GS nº 014/2010, D.O.E. nº. 31.767, de 05/02/2010

**SUBSTITUIÇÃO DE PRESIDENTE**

Portaria/SDS/GS nº. 063/2010, D.O.E. nº. 31.806, de 07/04/2010

- Da Sra. Adélia Caloba Aguiar para o Sr. José Adailton Alves

**COLEGIADO – Titular e Suplente**

**Composição Provisória**

Portaria/SDS/GS nº. 182/2010, D.O.E. nº. 31.898, de 20/08/2010 - 04 membros (02 da SDS e 02 do IPAAM)

**1ª Nomeação da Composição**

Portaria/SDS/GS nº. 240/2010, D.O.E. nº. 31.947, de 08/11/2010 – 06 membros (02 SDS; 03 IPAAM e 01 CEUC)

**2ª Nomeação da Composição**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Portaria SDS Nº. 047/2012, D.O.E. nº. 32.328, de 01/07/2012 – 06 membros (02 SDS; 03 IPAAM e 01 CEUC)

#### PROCEDIMENTOS

Instrução Normativa (IN) nº. 005, D.O.E. nº. 31.864 de 05/07/2010

#### REGIMENTO INTERNO

Portaria/SDS/GS n. 204, D.O.E. nº. 31.922, de 27/09/2010

No ANEXO I desta Ata consta a Apresentação Institucional e no ANEXO II é apresentada planilha com informações sobre a compensação ambiental de 09 (nove) empreendimentos. As discussões para regulamentação dos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53/2007-SEUC, quanto à obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental no Amazonas, se iniciaram em 2011 durante as reuniões da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA/SDS, tendo como uma das finalidades a expedição, por meio de Decreto Estadual específico, da metodologia estadual de gradação de impacto ambiental. No entanto, devido ao não julgamento definitivo da ADI nº. 3.378-6 pelo STF, a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE se manifestou recomendando a SDS e ao IPAAM a utilização do Decreto Federal nº. 6.848/2009 para estabelecimento da Compensação Ambiental, tendo os seguintes entendimentos: a) Parecer nº. 7.106/2011-PMA/PGE (Processo nº. 1.461/2011-SDS), de 27/10/2011: *“é razoável compreender-se que cabe à União fixar percentuais e critérios para o cálculo da compensação de modo a uniformizar a sua exigência em todo território nacional, com o fito de evitar a reprodução, no âmbito ambiental, daquilo que, em seara tributária convencionou-se denominar de Guerra Fiscal. Certamente, porque fica evidente que os empreendedores buscarão, para instalar suas atividades produtivas, os Estados em que os limites de Compensação Ambiental estiverem claramente definidos para evitar surpresas acerca dos encargos financeiros incidentes sobre seus empreendimentos e, por certo, buscarão aqueles Estados que estabeleçam percentuais menores, se esses percentuais ficarem a cargo de cada ente da federação. Por todas essas razões, entende-se que os Estados-Membros estão obrigados a seguir o percentual máximo estabelecido para a compensação ambiental, bem como os critérios estabelecidos para se definir a base de cálculo”; e, b) Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, de 20/12/2012 (Processo nº. 7.132/2012-PGE – Processo nº. 035.01429.2012-SDS), *“recomendando que a SDS aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº. 3.378-6/DF em trâmite no Superior Tribunal Federal - STF, e que o IPAAM continue a aplicar o Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009, para estipular o valor da compensação ambiental dos empreendimentos e atividades com alto poder de impacto no âmbito do Estado do Amazonas. Além disso, a PGE sugeriu que a SDS elabore anteprojeto de lei cuidando exclusivamente da criação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental do Amazonas – CECA/AM”*. Foi ressaltado que os membros da CECA/SDS e a área técnica do IPAAM, responsável pela emissão do Parecer de Gradação com o cálculo da compensação ambiental dos Empreendimentos com EIA/RIMA, não aplicam a metodologia descrita no anexo do Decreto Federal nº. 6.848/2009, devido não atender aos aspectos técnico-científicos inerentes à fragilidade,*



complexidade, propriedades biofísicas e representatividade dos ecossistemas do Estado do Amazonas, e também pelos analistas ambientais do referido Instituto não se sentirem seguros técnica e juridicamente para a adoção integral da metodologia da legislação federal. Por conta, da ausência da emissão do Parecer de Gradação com o Cálculo da Compensação Ambiental até o momento não houve a cobrança da quitação pelo IPAAM aos Empreendedores da compensação ambiental constante nos 07 Processos de Compensação Ambiental formalizados desde 2012, que totalizam o valor de R\$ 5.306.832,97 (cinco milhões, trezentos e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais, e noventa e sete centavos), e nem a celebração do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), com a efetiva destinação e repartição do recurso da compensação ambiental para as unidades de conservação existentes no território Amazonense. Apesar disso, o IPAAM fixou o grau de impacto ambiental em 0,5% (meio por cento) nas Condicionantes de Compensação Ambiental expressas nas Licenças de Instalação - LI dos empreendimentos de grande porte discriminados abaixo, e notificou os empreendedores a apresentarem o valor da compensação calculado a 0,5% dos custos totais das obras. No entanto, com a metodologia adaptada e refinada a realidade amazonense os valores calculados de compensação ambiental poderão ser revistos ou referendados.

## **2 – Criação e reestruturação da CECA/SDS por Lei Estadual**

A reestruturação da CECA/SDS por meio de Lei Estadual encontra embasamento na recomendação Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, de 20/12/2012 (Processo nº. 7.132/2012-PGE – Processo nº. 035.01429.2012-SDS), e sua ampliação na Promoção/SDS/ASSJUR Nº 006/2013, de 17/05/2013 (Processo nº. 035.00607.2013 - SDS), expedida pela Assessoria Jurídica da SDS – ASSJUR/SDS sugerindo *que a composição da CECA/SDS seja paritária, ao indicar os membros titulares e suplentes de órgãos e entidades que contemplem não só a Administração Pública, mas também a participação de particulares, por meio de organizações não governamentais e/ou organizações da sociedade civil, tornando a CECA/SDS mais participativa e democrática. Além disso, a ASSJUR/SDS solicitou ponderação sobre quais seriam os impactos que a criação da CECA/SDS, por meio de Lei, iria causar, levando em consideração a mesma já ter sido criada desde 05/02/2010 (Portaria SDS nº. 14/2010), estando em pleno funcionamento, na medida em que já ocorreram pelo menos 17 reuniões ordinárias, esclarecendo que a propositura de projeto de lei caberá privativamente ao Governador do Estado, por se tratar de órgão da Administração Pública.* Quanto à composição seguiu como parâmetros os procedimentos adotados para criação da Câmara Federal de Compensação Ambiental – CFCA, criada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio da Portaria Nº. 416, de 03 de novembro de 2010 (D.O.U. nº. 211, Seção 1, de 04/11/2010, p. 102), a sugestão dada pela Promoção/SDS/ASSJUR Nº 006/2013, de 17/05/2013, e as regras para eleição das entidades ambientalistas que ocupam as vagas destinadas as ONG's na CFCA/MMA, explicitada na Portaria nº. 10, de 12/01/2011 (D.O.U. nº. 9, Seção 1, de 13/01/2011, p. 48). A SEACA/SDS por meio da CI/SEACA/SDS/Nº. 167/14, de 21/08/2014, solicitou ao CEUC a sugestão de critérios técnicos e institucionais para ingresso de ONG's na CECA/SDS. O CEUC por meio da CI



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

nº. 296/2014, de 22/08/2014, informou os seguintes critérios: a) Possuir Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a SDS em apoio a implementação de unidades de conservação estaduais; b) Ser membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM); c) Possuir histórico de atuação institucional nos processos de implementação das unidades de conservação estaduais (ou federal - desejável); e, d) Possuir histórico de atuação de representação institucional das populações tradicionais.

Foi decidida a seguinte composição da CECA/SDS:

*"O Colegiado da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA possui a seguinte composição:*

*I – Presidência:*

*a - Caberá a(o) Titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS a presidência da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental - CTECA e em sua falta ou impedimento, o(a) titular da Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS.*

*II - Secretaria Executiva:*

*a - A Secretaria Executiva da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA será coordenada técnica e administrativamente pela Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS, sendo o servidor designado devidamente nomeado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.*

*III - 01 (um) membro titular e suplente do Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CEUC/SDS;*

*IV - 02 (dois) membros titulares e suplentes do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;*

*V - 01 (um) membro titular e suplente da Coordenação Regional 02 - Manaus do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;*

*VI - 01 (um) membro titular e suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS.*

*VII - 07 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes de instituições não governamentais e representantes de entidades de ensino e pesquisa:*

*a – 01 (um) membro titular e suplente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM;*

*b - 01 (um) membro titular e suplente do Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas – FOPES;*

*c - 01 (um) membro titular e suplente do setor acadêmico, indicado pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA;*

*d - 01 (um) membro titular e suplente do setor pesquisa, indicado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA;*

*e – 03 (três) vagas de membros titulares e suplentes destinadas às Organizações Não Governamentais Ambientalistas reconhecidas, de atuação em âmbito estadual, com histórico de atuação institucional nos processos de implementação de unidades de conservação e na representação de populações tradicionais, a serem eleitas mediante Edital de Chamada Pública, e nomeadas em regulamento próprio.*

**Parágrafo Único:** As Organizações Não Governamentais – ONGs Ambientalistas eleitas terão prazo de 02 (dois) anos como membros da Câmara Técnica Estadual



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

*de Compensação Ambiental – CTECA, podendo ser renovado por igual período por nova Chamada Pública.”*

Foi criado um Grupo de Trabalho para consolidação do Projeto de Lei Estadual, composto pelas seguintes instituições: IPAAM, SEACA, CEUC, SEMMAS, FVA, Eu Amazônia, ICMBio e FIEAM. A reunião do GT ocorrerá no dia 10/09/2014, às 14h na Sala de Treinamento do IPAAM.

Foi decidido que o ingresso de ONG's será v.a Edital de Chamada Pública para as ONG's manifestarem interesse. No Edital serão estabelecidos critérios para ingresso das ONG's. Amarrar os titulares e suplentes distintos de ONGs. Foi criado um GT composto por SEACA, CEUC, SEMMAS e FIEAM, a se reunir posteriormente a publicação da Lei.

### **3 - Contratação de consultoria técnica para enquadramento, refinamento e adaptação da metodologia de gradação de impacto para o Amazonas:**

Na 20ª Reunião da CECA/SDS, que ocorreu no dia 06/08/2014, foi efetuada deliberação quanto à necessidade de enquadramento, refinamento e adaptação às especificidades ambientais e biofísicas do Estado do Amazonas da metodologia de gradação de impacto para cálculo da compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental contida no Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009. Ressalta-se que na referida reunião o Representante da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM), reiterou a manifestação da PGE-AM, por meio do Parecer nº. 7.106/2011-PMA/PGE, de 27/10/2011 e Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, de 20/12/2012. No entanto, o representante da PGE-AM opinou pelo enquadramento, refinamento e adaptação da metodologia federal de gradação de impacto às especificidades ambientais e biofísicas do Estado, apoiando a necessidade explicitada pela área técnica da SDS e IPAAM. Portanto, enquadramento, refinamento e adaptação da metodologia federal de gradação de impacto ambiental de acordo com a realidade amazonense, abrangendo as características biofísicas, ambientais e sociais, além da fragilidade, complexidade e representatividade dos ecossistemas amazônicos do Estado do Amazonas, excluirá qualquer generalidade e subjetividade expressa na fórmula, indicadores e pesos. Além disso, possibilita tomar conhecimento profundo sobre a metodologia em questão, especificamente de forma a poder avaliar criticamente e com segurança técnica os Estudos de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA a serem entregues pelos Empreendedores e emitir o parecer de gradação de impacto com o cálculo da compensação ambiental aos empreendimentos com EIA/RIMA licenciados pelo IPAAM. Vale ressaltar que a metodologia deve estar correlacionada também às tipologias de empreendimentos e aos ambientes onde estes serão implantados, tendo em vista que em sua maioria são obras públicas e já estão em fase de operação ou instalados, implantados com ou sem financiamento externo, o que necessita de previsão orçamentária dos custos da compensação ambiental. Para apoiar a enquadramento, refinamento e adaptação da metodologia de gradação de impacto ambiental para cálculo da compensação contida no Decreto Federal 6.848/2009 de acordo com a realidade amazonense, há a necessidade da contratação de serviço de pessoa jurídica especializada e experiente na área técnica requerida, com expertise no Estado do Amazonas, somando a equipe técnica da SDS e IPAAM, e atendendo as prerrogativas constantes na Legislação vigente, especificamente da Compensação Ambiental de que trata o art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000.

**4 - O que houver.**

Foi informado que a SDS e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO celebraram o Termo de Cooperação Técnica Nº. 003/2014, assinado em 03/06/2014, e publicado no D.O.E. nº. 32.827, de 23/06/2014, Seção Publicações Diversas, pag. 23, constante no Processo nº. 035.00605.2014-SDS. A referida cooperação técnica tem por objeto a colaboração mútua das partes para o desenho de um mecanismo operacional e financeiro, com vistas à consolidação e sustentabilidade das unidades de conservação do Estado do Amazonas, em consonância com a legislação federal notadamente a Lei Federal nº. 9.985/2000-SNUC, e a legislação estadual pertinente, e prazo de 12 meses a contar da data de assinatura do Termo. A finalidade é criar o mecanismo operacional financeiro para os recursos de compensação ambiental, seguindo os exemplos do Estado do Rio de Janeiro e levando em consideração os Acórdãos (**Acórdão 1853/2013 – Plenário** e Acórdão 2650/2009 – Plenário) do Tribunal de Contas da União.

**ANEXO I****Compensação Ambiental - Empreendimentos x Unidades de Conservação****(Atualizado – 29/08/2014)**

(Atualizado – 29/06/2014)						
Nº.	Empreendimento	Valor de Referência	Valor da Compensação Ambiental		Unidades de Conservação (UC) Detectadas Parecer da Gerência de Geoprocessamento do IPAAM - 110 Km em relação ao Empreendimento	
			Cálculo com Grau de Impacto Ambiental à 0,5 %	Desconto	Nome da UC	Distância em relação ao empreendimento
1	Gasoduto Juruá – Urucu  Processos: LA* nº. 3111/T/07 – IPAAM CA** nº. 035.00293.2012 - SDS	R\$ 100.726.742,69	R\$ 503.633,71	Não há.	RESEX do Baixo Juruá	95 km
					RESEX do Médio Juruá	87 km
					FLONA de Tefé	36 km
					RDS do Uacari	96 km
					ICMBio - Proposta de Criação de UC de Proteção Integral na cabeceira do rio Tefé	-
					RESEX Catuaí Ipixuna	108 km
2	Usina Termelétrica (UTE) de Codajás II  Processos: LA* nº. 3114/T/09 – IPAAM CA** nº. 035.01077.2012 - SDS	R\$ 11.040.569,00	R\$ 55.202,85	R\$ 100.874,34 - Adiantamento CA Eletrificação PE Sumauma	RDS Piagaçu Purus	32,5 km
3	Usina Termelétrica (UTE) de Anamá II	R\$ 10.375.525,45	R\$ 51.877,63		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	76,86 Km
					RDS do Rio Negro	85,1 Km



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	Processos: LA* nº. 3112/T/09 - IPAAM CA** nº. 035.01075.2012 - SDS				RDS Piagaçu Purus	74,30 Km
					PARNA de Anavilhanas	107,31 Km
4	Usina Termelétrica (UTE) de Caapiranga II  Processos: LA* nº. 3115/T/09 - IPAAM CA** nº. 01078/2012 - SDS	R\$ 8.383.957,45	R\$ 41.919,79		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	43,44 Km
					PAREST do Rio Negro- Setor Norte	95,80 Km
					RDS do Rio Negro	50,14 Km
					PAREST do Rio Negro- Setor Sul	97,16 Km
					APAda M.E. do Rio Negro Setor Aturiá/Apuazinho	94,12 Km
					RDS Piagaçu Purus	109,43 Km
					PARNA de Anavilhanas	94,12 km
5	Usina Termelétrica (UTE) de Anori II  Processos: LA* nº. 3113/T/09 - IPAAM CA** nº. 01076/2012 - SDS	R\$ 9.946.594,83	R\$ 49.732,97		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	108 Km
					RDS do Rio Negro	108 Km
					RDS Piagaçu Purus	45 km
6	Ponte sobre o Rio Negro  Processos: LA* nº. 0497/T/07 - IPAAM CA** nº 909/2012 - SDS	R\$ 811.880.335,64	R\$ 4.059.401,68	Não há.	PARNA Anavilhanas	31,7 km
					ARIE Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	78 km
					APA da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões	130 m
					APA da Margem Esquerda do Rio Negro Tarumã Açú/Tarumã Mirim	8,7 km
					PAREST Sumaúma	12 km
					PAREST Rio Negro - Setor Sul	24 km
					RDS do Rio Negro	41 km
					FLOE do Rio Urubu	87 km
7	PROSAMIM III - Igarapé São Raimundo  Processos: LA* nº. 4718/T/07 - IPAAM CA** nº. 035.01074.2012 -	US\$ 46.377.600,00	US\$ 231.888,00	Não há.	Falta Parecer do IPAAM	-

*glauc*



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	SDS					
8	Cidade Universitária da UEA  Processos: LA* nº. 5251/T/11/V1-2- IPAAM CA** nº705/2014 - SDS	Não Informado	Não Calculado	-	Falta Parecer do IPAAM	-
9	BR 317 – AM  Processos: LA* nº. 2858/T/09 - IPAAM CA** nº 01125/2012 – SDS	Não Informado	Não Calculado	-	Falta Parecer do IPAAM	-

\* Licenciamento Ambiental / \*\* Compensação Ambiental

  
João Rodrigo Leitão dos Reis  
Chefe de Departamento da SEACA/SDS  
Matr./SDS 207 945-3A

  
João Rodrigo Leitão dos Reis  
Secretário Executivo da Câmara Estadual  
de Compensação Ambiental - CECA/SDS  
Matr. 207.945-3A



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

## 21ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA

### LISTA DE PRESENÇA

Data: 02 / 09 / 2014 (Terça-Feira).

Horário: 09:00 às 12:00.

Local: Sala de Treinamento do IPAAM.

#### ASSINATURA

1 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS:

N.	Secretária de Estado	Assinatura
01	Kamila Botelho do Amaral	

1.1 – Secretaria Ex. Adj. De Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS

N.	Secretário Executivo Adjunto	Assinatura
01	Antônio Luiz Menezes de Andrade	
N.	Técnico	Assinatura
01	João Rodrigo Leitão dos Reis	

2 – Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS:

N.	Coordenador	Assinatura
01	Antônio Carlos Witkoski	
N.	Técnico	Assinatura
01	Christina Fischer	

3 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:

N.	Diretor-Presidente	Assinatura
01	Antônio Ademir Stroski	
N.	Técnicos	Assinatura
01	José Carlos Monteiro de Souza	
02	Maria Gorete Mello da Silva	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	
04	João Paulo Vieira de Oliveira	
05	Fábio Rodrigues Marques	
06	Mayara Vidal	



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

## 5 – PARTICIPANTES CONVIDADOS:

N.	Nome	Instituição	Assinatura	Fone	E-mail
01	SERGIO SS	ICMBIO	Sergio S.	3232-7040	sergio.1a@icmbio.gov.br
02	Dione TORQUATO	CNS	(Assinatura)	3236-7311	dionecns@gmail.com
03	Renée F. Teige	FLIAM	Renée Teige	3186-6521	reneeteige@fiem.org.br
04	Fabiano Lopez de Silva	FUA	(Assinatura)	8151-9484	fabiano@ua.org.br
05	Gerardo Ribeiro	EUAMAZONIA	(Assinatura)	36424539	gerardo@ua.org.br
06	Alexandre Kadota	FLIAM	Kadota	9181-0619	alexandre.kadota@gmail.com
07	Valério Pajinas M.	SDS-CEU	(Assinatura)	9984-2468	valerio.pajinas@ua.org.br
08	MARCO ANTONIO VAS DE LIMA IPÊ	IPÊ	(Assinatura)	9165-7374	marcoantonio@ipe.org.br
09	André Paul Simões	SEMNAS	André Simões	(92) 99857386	andrepaul.simoes@gmail.com
10	Aldemira R. Queiroz	SEMNAS	(Assinatura)	92-99822088	aldemira.semnas@gmail.com
11	Fabiane T. de Silva	AADES/APR	Fabiane	8842-1232	fabiane.semnas@gmail.com
12				9199-7430	fabiane.semnas@gmail.com
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					

# CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA/SDS

## COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO AMAZONAS: OPERACIONALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental



Secretaria Executiva Adjunta  
de Compensações e Serviços  
Ambientais



## Fundamento da Compensação Ambiental

### LEGISLAÇÃO FEDERAL

**Art. 36 da Lei Federal nº. 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC):**

• **REGULAMENTAÇÃO:**

- Arts. 31 ao 34 do **Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002** – prioridades para aplicação dos recursos de Compensação Ambiental;

- Arts. 1º e 2º do **Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009**, que alteraram os Arts. 31 e 32 do Decreto Federal nº. 4.340/2002, dispondo sobre a metodologia federal para gradação de impacto ambiental e cálculo do valor da Compensação Ambiental.

- **Resolução CONAMA nº. 371, de 05 de abril de 2006**, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.

### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

**Arts. 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53, de 05 de junho de 2007** – Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC)



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental



Secretaria Executiva Adjunta  
de Compensações e Serviços  
Ambientais



# Fundamento da Compensação Ambiental

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) Nº. 3.378-6, DE 16/12/2004**

- Ajuizada no Superior Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o objetivo de impugnar o artigo 36 da Lei 9.985/2000 e seus §§ 1º, 2º e 3º.

Como resultado do juízo parcial da ADI realizado em 09 de abril de 2008, o STF julgou, por maioria, parcialmente procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade apenas da expressão:

**"não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais para implantação do empreendimento".**

O STF chegou à conclusão que:

**"o valor da compensação-compartilhamento é de ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental, após estudo que se assegurem o contraditório e a ampla defesa".**

Entretanto, o STF não esclareceu quais os mecanismos e instrumentos a serem aplicados para o cálculo do valor da Compensação Ambiental.



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Especial do Sistema  
de Controle Ambiental

SDS

BRASIL

# Fundamento da Compensação Ambiental

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) Nº. 3.378-6, DE 16/12/2004**

## EMBARGOS DECLARATÓRIOS

- **Presidência da República:** questiona se o custo de implantação do empreendimento poderá ou não continuar como base de cálculos, para fins de fixação da Compensação Ambiental.

- **Confederação Nacional da Indústria – CNI:** autora da ação inicial da ADI, indaga se essa decisão retroagirá ao tempo, desde a edição da Lei Federal nº. 9.985/2000, ou se valerá apenas a partir da decisão do STF;

- **Instituto Socioambiental - ISA e Amigos da Terra Amazônia Brasileira:** Reclamação - RCL nº. 8465, de 18/06/2009, alegando que o Decreto Federal nº 6.848/2009 afronta a decisão do STF, proferida na ADI.

- **Procuradoria-Geral da República do Ministério Público Federal – PGR/MPF:** Em 28 de fevereiro de 2014, a ajuizou a Reclamação - RCL nº 17364, com pedido de liminar, para impugnar o artigo 2º do Decreto Federal nº. 6.848/2009, expondo que a União estabeleceu, no referido Decreto, uma fórmula abstrata para o cálculo da compensação ambiental contida no artigo 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000, prevendo, no entanto, percentual máximo de impacto ambiental a ser considerado.



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Especial do Sistema  
de Controle Ambiental

SDS

BRASIL

# Objeto da Compensação Ambiental

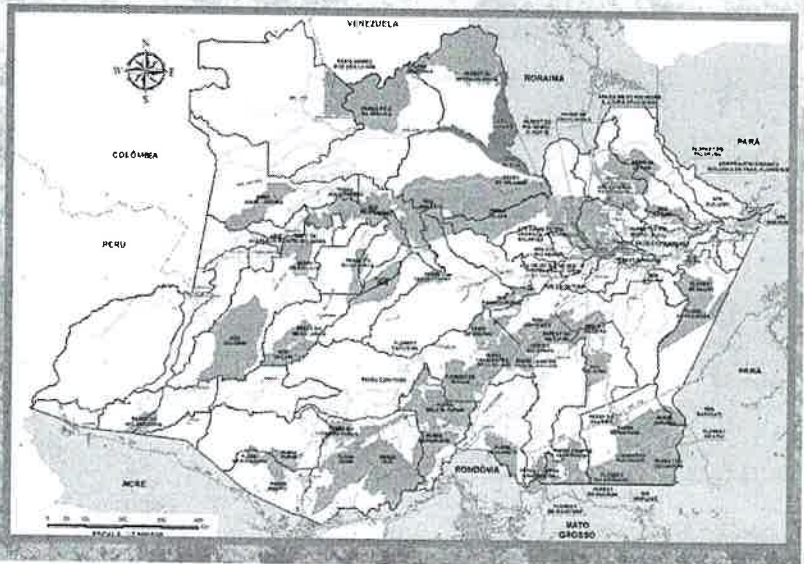
Implantação e implementação de **Unidades de Conservação (UC's) de Proteção Integral Federais, Estaduais, Municipais e Privadas**, existentes ou a serem criadas, assim como, as **UC's de Uso Sustentável e zonas de amortecimento quando diretamente afetadas** pelas atividades dos empreendimentos.

47 UCs Federal  
(23,6 milhões de hectares)  
15% do território

41 UCs Estadual  
(18,8 milhões de hectares)  
12% do território

23 UCs Municipal  
(1,8 milhão de hectares)  
2% do território

Sobreposição TI e UC  
(1,6 milhões de hectares)  
2% do território



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Estadual Adjunta  
de Compensação e Serviços  
Ambientais

SDS

IBAMA

## Unidades de Conservação Estaduais Predominância = UC's de Uso Sustentável

UC's / Categoria	Nº UC	Área (ha)
APA	6	1.760.226,82
FLORESTA	8	2.596.347,44
RDS	15	10.081.636,30
RESEX	4	872.961,21
PAREST	7	3.460.270,83
REBIO	1	36.900,00
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>18.808.342,60</b>

Categoria	Nº UC	%	Área (ha)	%
Uso Sustentável	33	80,5%	15.311.171,77	81,4 %
Proteção Integral	8	19,5%	3.497.170,83	18,6%



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Estadual Adjunta  
de Compensação e Serviços  
Ambientais

SDS

IBAMA

# Fundamento das Câmaras de Compensação Ambiental

## • DECRETO FEDERAL Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009:

- Art. 1º - Os arts. 31 e 32 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 32 - Será instituída câmara de compensação ambiental no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:**

**I - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental;**

**II - AVALIAR E AUDITAR, PERIODICAMENTE, A METODOLOGIA E OS PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, DE ACORDO COM ESTUDOS AMBIENTAIS REALIZADOS E PERCENTUAIS DEFINIDOS;**

**III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação; e**

**IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação.” (NR)**



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Especial de  
Compensação e Serviços  
Ambientais



## Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA/SDS

### CRIAÇÃO:

Portaria/SDS/GS nº 014/2010, D.O.E. nº. 31.767, de 05/02/2010

### FINALIDADES:

**I – Estabelecer prioridades e diretrizes para a aplicação de Compensação Ambiental (CA) no Estado do Amazonas;**

**II - Orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e prioridades referentes à CA;**

**III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à CA;**

**IV - Avaliar e auditar a metodologia de cálculo da CA**

### SUBSTITUIÇÃO DE PRESIDENTE

Portaria/SDS/GS nº. 063/2010, D.O.E. nº. 31.806, de 07/04/2010

- Da Sra. Adélia Caloba Aguiar para o Sr. José Adailton Alves

### PROCEDIMENTOS

Instrução Normativa (IN) nº. 005, D.O.E. nº. 31.864 de 05/07/2010

### REGIMENTO INTERNO

Portaria/SDS/GS n. 204, D.O.E. nº. 31.922, de 27/09/2010



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Especial de  
Compensação e Serviços  
Ambientais



# CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA/SDS

## COLEGIADO – Titular e Suplente

### Composição Provisória

Portaria/SDS/GS nº. 182/2010, D.O.E. nº. 31.898, de 20/08/2010 - 04 membros (02 da SDS e 02 do IPAAM)

### 1ª Nomeação da Composição

Portaria/SDS/GS nº. 240/2010, D.O.E. nº. 31.947, de 08/11/2010

06 membros:

- 02 (dois) da SDS
- 03 (três) IPAAM
- 01 (um) CEUC

### 2ª Nomeação da Composição

Portaria SDS Nº. 047/2012, D.O.E. nº. 32.328, de 01/07/2012:

06 membros:

- 02 (dois) da SDS
- 03 (três) IPAAM
- 01 (um) CEUC



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental



Secretaria Executiva Adjunta  
de Compensação e Serviços  
Ambientais



## SEMINÁRIO EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS CÂMARAS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

04 e 05 de agosto de 2011

Hotel Mercure, Av. Mário Ypiranga Monteiro, 1000,  
Adrianópolis, Manaus Amazonas

APÍAS

giz



PEREIRA



Secretaria do Estado do  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável



### OBJETIVO:

*Compartilhar experiências quanto ao papel e funcionamento das Câmaras de Compensação Ambiental, principalmente, no que tange as metodologias de gradação de impactos ambientais, definição do percentual da compensação, arcabouço administrativo e legal, entre outros.*

- Reuniu 80 participantes

- Paiestrantes da Organismos Estaduais de Meio Ambiente do Amazonas, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

- Arcabouço legal e técnico de outros Estados da Federação, que a matéria da CA é abordada de forma distinta quanto aos procedimentos técnicos e administrativos, bem como, a adoção dos mecanismos de valoração, fixação e cálculo da Compensação Ambiental.



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental



Instituto Paranaense de  
Avaliação de Impactos  
Ambientais





# CONTESTAÇÃO DO DECRETO SOBRE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

## Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM)

- **CONTRÁRIA** à publicação do Decreto Estadual, recomendando que a SDS aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos a ADI nº. 3378-6/DF em trâmite no SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL (STF), e que o IPAAM continue a aplicar o Decreto Federal nº. 6848/2009 para estipular o valor da Compensação Ambiental dos empreendimentos e atividades com alto poder de impacto no âmbito do Estado do Amazonas. Além disso, a PGE sugeriu que a SDS elabore ANTEPROJETO DE LEI CUIDANDO EXCLUSIVAMENTE DA CRIAÇÃO DA CECA.

Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, de 20/12/2012 (Processo nº. 7.132/2012-PGE)



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Especial de  
Compensação e Serviços  
Ambientais



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE CALCULO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

### Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM)

"É razoável compreender-se que CABE À UNIÃO FIXAR PERCENTUAIS E CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO DE MODO A UNIFORMIZAR A SUA EXIGÊNCIA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, com o fito de evitar a reprodução, no âmbito ambiental, daquilo que, em seara tributária convencionou-se denominar de "GUERRA FISCAL".

Certamente, porque fica evidente que os empreendedores buscarão, para instalar suas atividades produtivas, os Estados em que os limites de Compensação Ambiental estiverem claramente definidos para evitar surpresas acerca dos encargos financeiros incidentes sobre seus empreendimentos e, por certo, buscarão aqueles Estados que estabeleçam percentuais menores, se esses percentuais ficarem a cargo de cada ente da federação. Por todas essas razões, entende-se que os ESTADOS-MEMBROS ESTÃO OBRIGADOS A SEGUIR O PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PARA A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA SE DEFINIR A BASE DE CÁLCULO".

Parecer nº. 7.106/2011-PMA/PGE (Processo nº. 1.461/2011-SDS), de 27/10/2011

Procurador-Chefe Júlia Cezar Lima Brandão



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Especial de  
Compensação e Serviços  
Ambientais

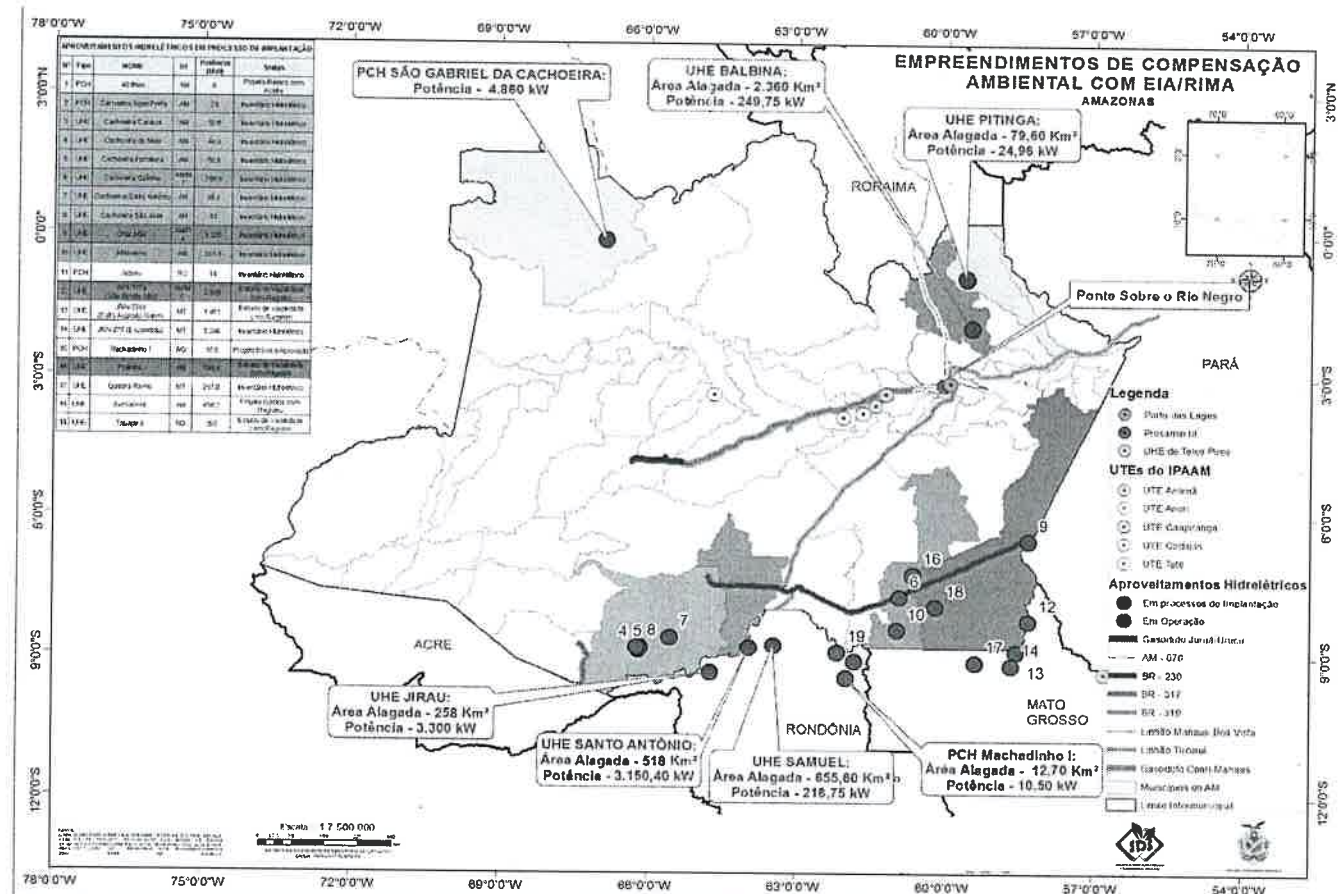


[illegible]

**CEUC**



Secretaria Especial de Administração  
de Planejamento e Serviços  
Administrativos



**Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental**



Secretaria Executiva Adjunta  
de Compras e Serviços



## ATIVIDADES E/OU EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS PELO IPAAM

*Fixação, cálculo, cobrança, quitação, destinação, repartição e aplicação de recursos de  
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL = R\$ 5.306.832,97*

Nº	Empreendimento	Empreendedor	Municípios	Nº. Processo Licenciamento	Nº. Processo Compensação Ambiental	Licença de Instalação - LI	Valor da Compensação Ambiental
1	Gasoduto Jurua - Urucu	UNBSOL - Petrobras	Coari e Tefé	3111/T/07	035.00293.2012	L.I. Nº. 181/09	R\$ 503.633,71
2	Ponte sobre o Rio Negro	SRMM	Manaus e Iranduba	0437/T/07	035.00909.2012	LI Nº. 198/08	R\$ 4.059.401,68
3	UTE de Codajás II	Amazonas Distribuidora de Energia S/A	Codajás	3114/T/09	035.01077.2012	L.I. Nº. 115/11	R\$ 55.202,85
4	UTE de Anamá II		Anamá	3112/T/09	035.01075.2012	L.I. Nº. 142/11	R\$ 51.877,63
5	UTE de Caapiranga II		Caapiranga	3115/T/09	035.01078.2012	L.I. Nº. 143/11	R\$ 41.919,79
6	UTE de Anori II		Anori	3113/T/09	035.01076.2012	L.I. Nº. 144/11	R\$ 49.732,97
7	PROSAMIM III - Igarapé São Raimundo	UGPI	Manaus	4718/T/07	035.01074.2012	LI Nº. 074/12	US\$ 231.888,00 ≈ R\$ 545.064,34 (Cambio - 02/12/2013)
8	BR 317-AM	DNIT	Boca do Acre	2858/T/09	035.01125.2012	LI Nº. 138/09	Ainda não definido
9	Usina Termelétrica (UTE) de Tefé	Brasil Bio Fuels S/A	Tefé	3122/T/09	035.00562.2012	L.I. Nº. 200/11	Ainda não definido
10	Porto das Lages	Lages Logística S/A	Manaus	1773/T/08	035.00913.2012	LI Nº. 134/11	Ainda não definido
11	Cidade Universitária da UEA	SEINFRA	Iranduba	5251/T/11	035.00705.2014	LI Nº. 083/13	Ainda não definido



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Estadual Adjunta  
de Controle e Serviços  
Ambientais

SDS

IBAMA

## ATIVIDADES E/OU EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS PELO COMITÊ DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL – CCAF/IBAMA

*Participação na destinação, repartição e aplicação de recursos de Compensação Ambiental  
R\$ 1.250.000,00*

Nº.	Empreendimento	Empreendedor	Municípios	Nº. Processo Licenciamento no IBAMA	Nº. Processo Compensação Ambiental na SDS	Licença Ambiental de Instalação - LI	Valor da Compensação Ambiental
1	Linhão de Tucuruí	Manaus Transmissora de Energia S/A	Eixo: Tucuruí-Macapá-Manaus	02001.003938/20-08-62	035.00905.2012	LI nº. 739/2010	R\$ 750.000,00
2	Usina Hidrelétrica Teles Pires	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A	Paranaíta-MT e Jacarecanga-PA	02001.006711/20-08-79	035.00571.2013	LI nº 818/2011	R\$ 500.000,00
3	Linhão Manaus-Boa Vista	Transnorte Energia S/A	Eixo: Manaus-AM – Boa Vista-RR	02001.006359/20-11-77	-	-	Ainda não calculado
4	BR 319-AM	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT	Eixo: Porto Velho – Manaus	02001.006860/20-05-95	-	-	Ainda não calculado



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental

CEUC

IPAAM

Secretaria Estadual Adjunta  
de Controle e Serviços  
Ambientais

SDS

IBAMA

**Antônio Luiz Menezes de Andrade**  
**Secretário Executivo Adjunto de Serviços de Compensações Ambientais -**  
**SEACA**

**João Rodrigo Leitão dos Reis**  
**Chefe de Departamento da SEACA**

***www.sds.am.gov.br / Telefone: (92) 3659-1827/1826***  
***email: ecoluiz@sds.am.gov.br / jrlreis@gmail.com***



Câmara Estadual de  
Compensação Ambiental



Secretaria Executiva Adjunta  
de Compensação de Serviços  
Ambientais





Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.041013/2010, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel nº 399, de 04 de dezembro de 2008, de aprovação do modelo CRONOS 7023, de medidor eletrônico de energia elétrica, polifásico, classe de exatidão B, marca FAB, e de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

#### PORTARIA Nº 285, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010

O Diretor do Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 e no artigo 19 da Estrutura Regimental do Inmetro aprovada pelo Decreto 6.275, de 28 de novembro de 2007, considerando as informações e documentos submetidos à análise, constantes do Processo Inmetro nº 52600.053907/2006, resolve revogar a Portaria Inmetro/Dimel nº 158, de 20 de junho de 2007, de autorização para Posto de Ensaio Autorizado, concedida à Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, sob o código nº PRN34, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea/>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

### Ministério do Esporte

#### SECRETARIA EXECUTIVA

##### DELIBERAÇÃO Nº 153, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 04/05/2010, 01/06/2010, 02/09/2010 e 05/10/2010.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos aprovados na reunião ordinária realizada em 01/06/2010, 08/07/2010, 02/09/2010 e 05/10/2010 e na reunião extraordinária realizada em 21/10/2010;

b) a comprovação, pelo proponente do projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Promover o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI  
Presidente da Comissão

#### ANEXO I

1 - Processo: 58701.001466/2009-51  
Proponente: Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná

Título: ASUFEPAR - Travessias no Mar  
Registro/ME: 02PR042122009  
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação  
CNPJ: 76.086.248/0001-89  
Cidade: Curitiba - UF: PR

Valor aprovado para captação: R\$ 947.427,60  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3262 DV: X  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24802-8  
Período de Captação: da data de publicação até 30/09/2011.

2 - Processo: 58701.001479/2009-21  
Proponente: Belo Horizonte Rugby Clube  
Título: Equipes de Rugby BH Intercâmbio Nacional e Internacional

Registro/ME: 02MG006582007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 07.121.013/0001-68  
Cidade: Belo Horizonte - UF: MG

Valor aprovado para captação: R\$ 111.739,69  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3061 DV: 9  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29743-7  
Período de Captação: da data de publicação até 30/05/2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010110400102

3 - Processo: 58701.001479/2009-21  
Proponente: Belo Horizonte Rugby Clube  
Título: BH Rugby - Formação Equipes de Rugby  
Registro/ME: 02MG006582007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 07.121.013/0001-68  
Cidade: Belo Horizonte - UF: MG  
Valor aprovado para captação: R\$ 183.118,95  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3061 DV: 9  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29633-3  
Período de Captação: da data de publicação até 04/05/2011.

4 - Processo: 58701.001479/2009-21  
Proponente: Belo Horizonte Rugby Clube  
Título: Rugby BH Participação em Competições Nacionais  
Registro/ME: 02MG006582007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 07.121.013/0001-68  
Cidade: Belo Horizonte - UF: MG  
Valor aprovado para captação: R\$ 209.916,49  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3061 DV: 9  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29633-3  
Período de Captação: da data de publicação até 04/05/2011.

5 - Processo: 58701.002454/2010-88  
Proponente: Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Estado do Pernambuco  
Título: Desenvolvimento de Núcleos para Jovens Atletas  
Registro/ME: 02PE065352010  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 02.583.739/0001-07  
Cidade: Recife - UF: PE  
Valor aprovado para captação: R\$ 335.412,00  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2889 DV: 4  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27981-1  
Período de Captação: da data de publicação até 30/10/2011.

6 - Processo: 58701.003865/2010-91  
Proponente: Esporte Clube Piracicabano de Automobilismo  
Título: Rally Dakar 2011  
Registro/ME: 02SP027112008  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 60726700000190  
Cidade: Piracicaba - UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 816.117,76  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4252 DV: 8  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11052-3  
Período de Captação: da data de publicação até 20/11/2011.

### SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

#### RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório nº 11, de 22 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União nº 195 - Seção 1, página 103, de 11 de outubro de 2010, onde se lê: Reconhece o direito à isenção de IPTU a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE, nas aquisições no mercado interno dos produtos que relaciona, Leia-se: Reconhece o direito à isenção de IPTU a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

### Ministério do Meio Ambiente

#### GABINETE DO MINISTRO

##### PORTARIA CONJUNTA Nº 415, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, o PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item V, do art. 22, do anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental do IBAMA, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007 e o PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do art. 19 do Decreto nº 6.100, de 2007, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 e na Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008, do Banco Central do Brasil, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 205, de 17 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2008, Seção 1, páginas 59 e 60.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA  
Ministra de Estado do Meio Ambiente

ABELARDO BAYMA AZEVEDO  
Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO  
Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes

##### PORTARIA Nº 416, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

Considerando as disposições do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, alterado pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009, que regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; e

Considerando a necessidade de assegurar a melhor aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental federal, mediante consulta e a participação de todos os atores interessados, resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a Câmara Federal de Compensação Ambiental-CFCA, integrada por representantes, titular e suplente, indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

- I - do Ministério do Meio Ambiente:
  - a) Secretaria-Executiva;
  - b) Secretaria de Biodiversidade e Florestas;
- II - do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;
  - a) Diretoria de Licenciamento Ambiental;
- III - do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes:
  - a) Diretoria de Planejamento;
  - b) Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- IV - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente-ABEMA, representando os órgãos ambientais estaduais;
- V - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente-ANAMMA, representando os órgãos ambientais municipais;
- VI - Confederação Nacional da Indústria-CNI, representando o setor empresarial;
- VII - representante do setor acadêmico, indicado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB; e
- VIII - Organização não governamental ambientalista reconhecida, de atuação em âmbito nacional, inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais-CNEA, conforme Resolução CO-NAMA nº 292, de março de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2002 eleita pelas demais organizações não governamentais registradas no CNEA, para mandato de dois anos.

§ 1º Os representantes das entidades, titulares e suplentes, serão indicados pelas suas autoridades máximas.

§ 2º Na ausência dos titulares das unidades do IBAMA e Instituto Chico Mendes, indicados nos incisos I a IV deste artigo, estes serão representados por seus substitutos legais, temporários ou eventuais, regularmente designados para esse fim por ato do Presidente das respectivas Autarquias.

§ 3º As entidades mencionadas nos incisos IV a VII deste artigo indicarão um representante titular e um suplente.

§ 4º A organização não-governamental mencionada no inciso VIII terá representação titular e suplente, sendo respectivamente, a primeira e a segunda colocadas no processo eleitoral.

§ 5º Até a publicação do resultado do processo eleitoral de que trata o inciso VIII, a Câmara funcionará excepcionalmente sem a representação de organizações não-governamentais.

§ 6º Poderão participar de reunião da CFCA, sem direito a voto, a convite de qualquer um de seus membros, representantes das Unidades Descentralizadas, Centros Especializados, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, de órgão Estadual ou Municipal de meio ambiente, de empreendedor, de organização não-governamental ou pessoa física, quando estiver em discussão tema de interesse da unidade, órgão, empresa, organização ou pessoa convidada.

Art. 2º A CFCA será presidida pelo titular da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente e, em sua impedimentos legais, temporários ou eventuais, pelo titular da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º São atribuições da CFCA:

- I - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental federal;
- II - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental;
- III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação;
- IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação;
- V - deliberar, na sua esfera de competência, sob forma de resoluções, proposições e recomendações, visando o cumprimento da legislação ambiental referente à compensação ambiental federal; e
- VI - elaborar seu regimento interno.

Art. 4º São atribuições da Presidência da CFCA:

- I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - instituir grupos de trabalho para assuntos especiais;
- III - exercer o voto qualificado nas decisões da Câmara;
- IV - acolher e encaminhar, por meio de sua Secretaria-Executiva, documentos e solicitações;
- V - informar ao IBAMA, ao Instituto Chico Mendes e aos órgãos gestores de Unidades de Conservação estaduais e municipais, diretamente ou por intermédio de representantes institucionais, sobre as deliberações da Câmara;

**Ministério do Meio Ambiente****GABINETE DA MINISTRA****PORTARIA Nº 10, DE 12 DE JANEIRO DE 2011**

Estabelece calendário e regras para a eleição das entidades ambientalistas que ocuparão as vagas destinadas às organizações não-governamentais na Câmara Federal de Compensação Ambiental - CFCA (Biênio 2011/2012).

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição e em observância ao § 4º e ao inciso VIII do art. 1º da Portaria MMA nº 416, de 3 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 4 de novembro de 2010, Seção 1, páginas 102 e 103, resolve:

Art. 1º Estabelecer o calendário e as regras para a eleição das entidades ambientalistas que ocuparão as vagas destinadas às organizações não-governamentais na Câmara Federal de Compensação Ambiental - CFCA, no biênio 2011/2012.

Art. 2º Serão eleitas conforme o art. 5º desta Portaria, 2 (duas) entidades ambientalistas cadastradas regularmente há pelo menos 1 (um) ano no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA, mediante registro prévio de candidatura.

§ 1º O registro das candidaturas será feito mediante comunicado por escrito, através de meio postal ou eletrônico, encaminhado à Secretaria-Executiva da CFCA, e contendo o nome e a região geográfica da entidade candidata.

§ 2º O registro das candidaturas será endereçado ao Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, no prazo definido no inciso II do art. 12 desta Portaria, para o endereço: SEPN 505, Lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 5º andar, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70730-542; para o fax: (61) 2028-2145; ou para o endereço eletrônico: cfca@mma.gov.br.

§ 3º Somente serão considerados válidos os registros eletrônicos de candidaturas efetuados até as 23h59, horário oficial de Brasília, na data estabelecida no inciso III do art. 12 desta Portaria.

Art. 3º Poderão ser candidatas e exercer o direito de voto as entidades ambientalistas com inscrição no CNEA homologada até 31 de dezembro de 2009.

Art. 4º Cada instituição eleitora poderá votar em 1 (uma) única entidade ambientalista que tenha atuação em âmbito nacional.

Art. 5º Serão consideradas eleitas, para mandato de 2 (dois) anos, como representante titular a entidade ambientalista que receber o maior número de votos considerados válidos, e como suplente a segunda mais votada no processo eleitoral.

Parágrafo único. Em caso de 2 (duas) ou mais entidades atingirem o mesmo número de votos, o critério de desempate será o de antiguidade da inscrição no CNEA.

Art. 6º A votação realizar-se-á, conforme o calendário definido no art. 12 desta Portaria, por um único meio de votação, com a utilização de cédula eleitoral firmada pelo presidente da CFCA ou de cédula eleitoral eletrônica.

Parágrafo único. Caso na apuração se identifique a existência de 2 (dois) ou mais votos emitidos por uma mesma entidade, esses votos serão anulados, se divergentes, ou serão contabilizados como 1 (um) único voto, se idênticos.

Art. 7º No caso de votação por meio de cédulas eleitorais, somente serão considerados válidos os votos efetuados com cédulas firmadas pelo presidente da CFCA, assinadas pelo representante legal da entidade votante e postados até a data estabelecida no inciso V do art. 12 desta Portaria.

§ 1º As cédulas de votação poderão ser entregues diretamente na Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação do Edifício do Ministério do Meio Ambiente localizado no endereço:

SEPN 505, Lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, Asa Norte, Brasília-DF, e só terão validade se efetuadas com as mesmas exigências estabelecidas no caput e protocolizadas até as 18 horas da data estabelecida no inciso V do art. 12 desta Portaria em envelope fornecido pela Secretaria-Executiva da CFCA.

§ 2º Não serão considerados válidos os votos encaminhado mediante cópia da cédula, fac-símile ou outro meio, que não a cédula original autorizada ou a cédula eletrônica.

Art. 8º No caso de votação pela internet, a ser realizada no sítio eletrônico [www.mma.gov.br/cfca/eleicoes](http://www.mma.gov.br/cfca/eleicoes), somente serão considerados válidos os votos efetuados até as 23h59, horário oficial de Brasília, na data estabelecida no inciso VI do art. 12 desta Portaria.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva da CFCA não se responsabilizará pelo não-recebimento das cédulas eleitorais eletrônicas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

Art. 9º Para participar da eleição, as entidades ambientalistas aptas a votar receberão, por meio postal e eletrônico, correspondência remetida no período estabelecido no inciso IV do artigo 12 desta Portaria contendo:

I - uma cédula eleitoral firmada pelo presidente da CFCA (via postal);

II - o código de acesso e a senha para efetuar a votação eletrônica (via eletrônica);

III - relação de candidaturas (vias postal e eletrônica), e

IV - lista das entidades cadastradas no CNEA homologadas até 31 de dezembro de 2009 (vias postal e eletrônica).

Art. 10 Fica a Secretaria-Executiva da CFCA com a atribuição de coordenar os trabalhos da presente eleição.

Art. 11 Os recursos contra decisões tomadas no processo eleitoral de que trata esta Portaria serão endereçados ao presidente da CFCA, nos prazos estabelecidos no inciso VIII do art. 12 desta Portaria, protocolizados no edifício sede do Ministério do Meio Ambiente localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 6º andar, CEP 70068-901, Brasília/DF, ou enviados para o endereço eletrônico [secex.mma@mma.gov.br](mailto:secex.mma@mma.gov.br).

Art. 12 Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

I - 10 a 14 de janeiro de 2011 - envio de ofício-circular da CFCA, por meio postal e eletrônico, às entidades ambientalistas cadastradas no CNEA, dando conhecimento do calendário e do sítio eletrônico do processo eleitoral, da lista das entidades ambientalistas aptas a votar e a serem votadas e das regras para votação;

II - 15 a 28 de janeiro de 2011 - prazo para o registro de candidaturas;

III - 30 de janeiro de 2011 - prazo final para o registro eletrônico de candidaturas;

IV - 7 de fevereiro de 2011 - divulgação das candidaturas registradas por meio postal e eletrônico e envio das cédulas eleitorais para início da votação;

V - 18 de fevereiro de 2011 - prazo final para a postagem da cédula eleitoral via correio e para entrega do envelope contendo a cédula eleitoral na Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação do Ministério do Meio Ambiente no endereço constante do § 1º, do art. 7º desta Portaria;

VI - 20 de fevereiro de 2011 - prazo final para a votação eletrônica;

VII - 25 de fevereiro de 2011 - apuração e divulgação dos resultados da eleição no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente ([www.mma.gov.br/cfca](http://www.mma.gov.br/cfca));

VIII - 28 de fevereiro a 4 de março de 2011 - prazo para interposição de recursos à Presidência da CFCA;

IX - 9 de março de 2011 - apreciação dos recursos pela Presidência da CFCA e divulgação dos resultados; X - 10 de março de 2011 - proclamação do resultado final das eleições para o biênio 2011/2012.

Art. 13 As entidades ambientalistas eleitas para representante titular e suplente na CFCA deverão apresentar cópia autenticada de seus atos constitutivos, ata da última eleição da Diretoria, Relatório de Atividades atualizado até dezembro de 2009, ou mais recente, nome do respectivo representante na CFCA e o Termo de Compromisso de que trata o art. 14 desta Portaria, firmado pelo representante legal da entidade e o (a) representante indicado (a) para a CFCA.

Parágrafo único. A documentação de que trata o caput deverá ser apresentada até 16 de março de 2011 e dirigida ao Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, no endereço SEPN 505, Lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 5º andar, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70730-542.

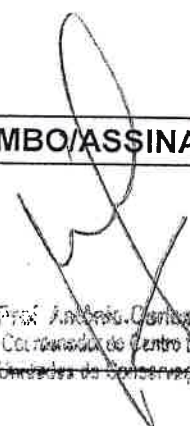
Art. 14 As entidades ambientalistas eleitas assumirão o compromisso de respeitar a Carta de Princípios das Entidades Ambientalistas Representantes do CNEA em Órgãos Colegiados, aprovada na 44ª Reunião da CPCNEA, em 5 de julho de 2007, disponível no sítio eletrônico <http://www.mma.gov.br/cfca/CartaPrincipios.pdf>.

Art. 15 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão solucionados pelo Presidente da Câmara Federal de Compensação Ambiental.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

## COMUNICAÇÃO INTERNA

<b>DE:</b> Coordenação CEUC	<b>PARA:</b> SEACA/CECA	<b>REF:</b> CI N.º 296/2014
<b>A S S U N T O:</b> Encaminha manifestação Ceuc em relação as solicitações contidas na CI SEACA N.º 167/14, de 21/08/2014		<b>DATA:</b> 22/08/2014
<p style="text-align: center;">Prezado Senhor,</p> <p>Em resposta a CI SEACA N.º 167/14, de 21/08/2014, venho por meio desta, manifestar as sugestões de critérios técnicos e institucionais do Ceuc, em relação ao ingresso de instituições na CECA/SDS, os quais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Possuir Acordo Cooperação Técnica celebrado com a SDS em apoio à implementação das Unidades de Conservação (UC)s estaduais;</li> <li>b) Ser membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM);</li> <li>c) Possuir histórico de atuação institucional nos processos de implementação das Unidades de Conservação (UC)s estaduais (ou federal - desejável);</li> <li>d) Possuir histórico de atuação de representação institucional das populações tradicionais.</li> </ul> <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p>		
<b>REMETER PARA</b>	<b>D A T A</b>	<b>RUBRICA</b>
 Prof. Antônio Carlos Wittmann Coordenador do Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC		

**RECEBIDO**  
 EM 22/08/14  
Ncle  
 Assinatura

<b>SDS</b>
<b>SISTEMA SPROWEB</b>
Protocolo nº <u>5355114</u>
Resp. <u>dal</u>

COMUNICAÇÃO INTERNA

De:	Para:	REF:
SEACA	CEUC	CI/SEACA/SDS/Nº 167/14
ASSUNTO: Sol. critérios e indicações de ONG's e Movimentos Sociais para participarem da CECA/SDS.		DATA: 21/08/2014

Prezado Coordenador,


Ao cumprimentá-lo cordialmente, informamos a V.Sa., conforme combinado com a Sec. Kamila Amaral na agenda institucional de eventos da SDS, que a 21ª Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA/SDS, ocorrerá no dia 02 de setembro de 2014, das 09h às 12h, na Sala de Treinamento do IPAAM.


Nessa reunião serão decididos os critérios e quais organizações não governamentais e movimentos sociais serão indicados para compor a CECA/SDS.

Vale ressaltar que na 20ª Reunião da CECA/SDS que contou com a presença do representante da Procuradoria de Meio Ambiente da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PMA-PGE-AM, foi deliberada a criação da referida Câmara por meio de Lei Estadual específica.

Dessa maneira, solicitamos ao CEUC, como órgão competente no Governo do Estado do Amazonas para gestão de Unidades de Conservação, que apresente sugestão de critérios técnicos e institucionais para ingresso de instituições na CECA/SDS, assim como, quais instituições já estão aptas ao pleito.

Atenciosamente,

DATA	SETOR	RUBRICA	CARIMBO/ASSINATURA
ARQUIVE-SE			 <b>Antônio Luiz Menezes de Andrade</b> Secretário Executivo Adjunto de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS

RECEBIDO CEUC/SDS	
15h45	
HORA	
21/08/14	
DATA	RUBRICA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Compensação Ambiental - Empreendimentos x Unidades de Conservação**  
(Atualizado – 29/08/2014)

Nº.	Empreendimento	Valor de Referência	Valor da Compensação Ambiental		Unidades de Conservação (UC) Detectadas Parecer da Gerência de Geoprocessamento do IPAAM - 110 Km em relação ao Empreendimento	
			Cálculo com Grau de Impacto Ambiental à 0,5 %	Desconto	Nome da UC	Distância em relação ao empreendimento
1	Gasoduto Juruá – Urucu  Processos: LA* nº. 3111/T/07 – IPAAM CA** nº. 035.00293.2012 - SDS	R\$ 100.726.742,69	R\$ 503.633,71	Não há.	RESEX do Baixo Juruá	95 km
					RESEX do Médio Juruá	87 km
					FLONA de Tefé	36 km
					RDS do Uacari	96 km
					ICMBio - Proposta de Criação de UC de Proteção Integral na cabeceira do rio Tefé	-
					RESEX Catuá Ipixuna	108 km
2	Usina Termelétrica (UTE) de Codajás II  Processos: LA* nº. 3114/T/09 – IPAAM CA** nº. 035.01077.2012 - SDS	R\$ 11.040.569,00	R\$ 55.202,85	R\$ 100.874,34 - Adiantamento CA Eletrificação PE Sumauma	RDS Piagaçu Purus	32,5 km
3	Usina Termelétrica (UTE) de Anamá II  Processos: LA* nº. 3112/T/09 - IPAAM CA** nº. 035.01075.2012 - SDS	R\$ 10.375.525,45	R\$ 51.877,63		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	76,86 Km
					RDS do Rio Negro	85,1 Km
					RDS Piagaçu Purus	74,30 Km
					PARNA de Anavilhanas	107,31 Km
4	Usina Termelétrica (UTE) de Caapiranga II  Processos: LA* nº. 3115/T/09 - IPAAM CA** nº. 01078/2012 – SDS	R\$ 8.383.957,45	R\$ 41.919,79		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	43,44 Km
					PAREST do Rio Negro- Setor Norte	95,80 Km
					RDS do Rio Negro	50,14 Km
					PAREST do Rio Negro- Setor Sul	97,16 Km
					APAda M.E. do Rio Negro Setor Aturiá/Apuazinho	94,12 Km
					RDS Piagaçu Purus	109,43 Km
					PARNA de Anavilhanas	94,12 km